

## **Prestação de Contas 2009**

### **Outras indicações e justificações à compreensão do Balanço e da Demonstração de Resultados**

#### **8.2.1 – Disposições do POCAL derrogada:**

Por questões informáticas (ausência do módulo de contabilidade de custos do programa disponibilizado pela AIRC) não foi possível implementar a Contabilidade de Custos.

#### **8.2.2 – Contas não comparáveis com os exercícios anteriores:**

No exercício de 2009 não se verificaram condicionantes que impossibilitassem a comparação de contas com o exercício anterior, nas ópticas patrimonial e orçamental.

#### **8.2.3 – Critérios Valorimétricos utilizados e fundamentados:**

Os principais critérios Valorimétricos utilizados na preparação das Demonstrações Financeiras foram os seguintes:

- A) As Imobilizações Corpóreas estão valorizadas ao custo de aquisição. No decurso da fase de implementação do sistema, a Autarquia estabeleceu outros critérios de valorização para determinados bens.

Relativamente aos bens móveis, estabeleceu como referencia o ano 1995 para a sua valorização. Antes de 1995, os bens foram arrolados com o valor zero, até serem objecto de uma grande reparação assumindo então o valor desta. Esta política de valorimetria justificou-se pela impossibilidade de obter a informação necessária para determinar o custo de aquisição / produção.

No que diz respeito à Rede Viária (bens imóveis de domínio público), procedeu-se à sua valorização segundo um critério técnico adequado à natureza do bem, conforme anexo.

As amortizações foram calculadas sobre os custos de aquisição / avaliação pelo método das quotas constantes de acordo com o CIBE – Cadastro e Inventário dos Bens do Estado.

De conformidade com o Artº.34º da Portaria nº 671/2000, IIª Série (CIBE), os bens sujeitos a depreciação em mais de um ano económico, cujos os valores unitários não ultrapassem 80% do índice 100 da escala salarial das carreiras do regime geral da função pública, foram totalmente amortizados no ano económico corrente;

- B) Os Investimentos Financeiros estão valorizados de acordo com os critérios valorimétricos previstos no ponto 4 do POCAL;
- C) As Existências encontram-se registadas ao custo de aquisição;
- D) As Dívidas a receber de terceiros estão reflectidas pelo seu valor nominal;
- E) As Disponibilidades de caixa e depósitos em instituições financeiras são expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósitos, respectivamente;
- F) Relativamente aos Acréscimos e Diferimentos a Autarquia regista as suas despesas e receitas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pela qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas e pagas;
- G) As Transferências de Capital recebidas destinadas ao investimento, foram contabilizados como proveitos diferidos e transferidos para Resultados do Exercício numa base sistemática pelo correspondente valor de amortização dos investimentos a que respeitam.

#### 8.2.5 – Situações especiais que afectam o resultado do exercício:

No exercício de 2009, as receitas obtidas e contabilizadas nas rubricas orçamentais “Conservação e Tratamento de Esgotos” - (Saneamento) no montante de 44.892,41 €, e “Recolha e Tratamento de Lixo” no montante de 106.232,43 €, respectivamente, resultaram de proveitos incorridos no exercício económico de 2008, e devidamente registados na contabilidade patrimonial. No ano de 2009, não foram reportados quaisquer valores para as contas **7240401230601** “Conservação e Tratamento de Esgotos” - (Saneamento) e **7240401239901** “Recolha e Tratamento de Lixo” - (Lixo), dado não ter sido apresentado por parte das Águas do Lena, qualquer relatório informativo sobre os valores a atribuir a cada uma das rubricas. Estima-se que os proveitos que deveriam ter sido reportados ao exercício de 2009, sejam de 73.000,00 € para a rubrica de saneamento e de 192.000,00 € para a rubrica do lixo, perfazendo um total de 265.000,00 €.

Assim sendo, propõe-se que estes montantes sejam reportados ao exercício do ano de 2010 e contabilizados na conta patrimonial **797** “Correcções Relativas a anos anteriores”.

No que diz respeito às rendas de concessão das águas (ÁGUAS DO LENA, S.A.), os valores das mesmas foram contabilizadas como proveito do exercício de 2009 na conta **73901** “Concessão Águas” pelo valor de 123.183,13 €, não tendo a empresa procedido à sua liquidação.

Outro facto que interessa relevar, diz respeito às comparticipações familiares dos ATL´s, cuja cobrança está a cargo da ISERBATALHA, mas que constitui receita municipal. Como só no final do mês de Março se obteve conhecimento das receitas apuradas a título da componente das comparticipações familiares, referente às refeições das crianças do 1º Ciclo do Ensino Básico e Jardins de Infância para o ano de 2009, no montante global de 93.567,56 €, e não tendo este valor sido contabilizado no citado exercício, propõe-se que seja inscrito em 2010 na conta patrimonial **797** “Correcções Relativas a anos anteriores”.

A Lei n.º 57-F/2006 de 29 de Dezembro que regula o novo regime jurídico do sector empresarial local, vem definir novas regras para garantir o equilíbrio das contas das empresas municipais. Assim, obriga à apresentação de resultados anuais equilibrados, devendo os municípios garantir uma transferência financeira que venha a repor o resultado de exploração, no caso do resultado de exploração anual operacional acrescido dos encargos financeiros se apresentar negativo. Perante este pressuposto, e após análise do balancete de centro de custos para o 2º Semestre de 2009, a Iserbatalha E.E.M. chegou à conclusão que o mesmo evidenciava a exploração deficitária de algumas actividades cujas competências foram delegadas pela Autarquia e que reflectiam um resultado negativo no valor de 189.681,91 €.

Assim, utilizando as prerrogativas previstas no Artº 31º da Lei n.º 53-F/2006 de 29 de Janeiro a Iserbatalha E.E.M. solicitou ao Município a cobertura dos Resultados Negativos de Exploração do 2º Semestre de 2009 no montante acima mencionado.

Uma vez concedido este valor por parte da Autarquia o mesmo será contabilizado no exercício de 2010 na contabilidade patrimonial na conta **6320305010101** “Empresa Publicas Municipais e Intermunicipais”.

### 8.2.6 – Explicações das “Despesas de Instalação” e das “Despesas de Investimento”

Como é de verificar nas Demonstrações Financeiras a Autarquia não efectuou registos nas Contas 431 – Despesas de Instalação e na conta 432 – Despesas de Investimento.

#### Explicações dos movimentos nas contas:

- ✓ Outras aplicações financeiras - Não se efectuaram movimentos na conta em questão
- ✓ Títulos Negociáveis – O valor que consta nesta conta mais propriamente na conta (18 - Outras aplicações de tesouraria), refere-se aos título de CaixaGEST enunciados no mapa 8.3.5.2 – *Activos de rendimento variável incluído no documento da Prestação de Contas.*

Regularização da divergência enumerada pela Tribunal de Contas na análise da conta de 2002, entre o saldo de operações de tesouraria e os valores escriturados nos fluxos de caixa.

Esta divergência resultou do seguinte:

- 1) Em 2001, a conta de gerência apenas reflectia os fluxos de Caixa;
- 2) Com a transição para o POCAL, passámos a contabilizar o IVA na contabilidade patrimonial pelo sistema digráfico;
- 3) Esta transição veio a ter reflexos nos saldos de OT, porquanto, no balanço inicial de 2002 não foi reflectido o valor que resultava da conta final de OT de 2001 (IVA), mas sim o montante que resultou do apuramento do IVA do 4º Trimestre de 2001 (montante esse de 1.253,38 € escriturados na conta 24371n – Iva a recuperar resultante de apuramento normal).

Conta Patrimonial	Designação	Valor	D/C
268906	Regularização de OT - Saldos Iniciais	11.716,69	C
<b>TOTAL</b>		11.716,69	

O PRESIDENTE DA CÂMARA

*António José Martins de Sousa Lucas*